

LEO WEISGERBER

O problema da forma interna da língua e a sua significância para a língua alemã*

Entre as perguntas que esperam, na atual disputa científica, pelo seu esclarecimento não há outra que seja de igual importância como a da *forma interna da língua*. Presumindo que este problema terá um peso considerável na futura ciência da linguagem, parece-me uma tarefa gratificante expor o teor fundamental do problema e mostrar qual a sua significância quando aplicado à nossa língua materna. Ver-se-á, no decorrer desta exposição, quão intimamente este problema está ligado às perguntas pelo sentido e fim da ciência da linguagem em geral.

O que se deve entender pelo termo *forma interna da língua*? É sintomático que, após a primeira exposição do problema da forma interna da língua por Wilhelm von Humboldt, por volta de 1830, não tenha havido nem dois cientistas a chegarem a uma concepção idêntica sobre este conceito, já nem falando da sua aplicação prática, que simplesmente não aconteceu. Constata-se, muito antes, que a ciência da linguagem histórico-comparativa se dedicou, durante um século inteiro, com tanto ardor à análise das formas exteriores das línguas que a forma interna lhe escapou inteiramente como objeto de análise. No âmbito da conjuntura atual das investigações linguísticas manifesta-se, no entanto, uma certa viragem que advém do interesse de resumir os resultados alcançados pela ciência da linguagem histórico-comparativa e aplicá-los às outras ciências humanas. Considero de bom agouro que, no ano de 1923, tanto a ciência da linguagem, pelo indo-germanista Walter Porzig¹, como também a teoria do conhecimento, pelo filósofo Ernst Cassirer², tenham reconhecido a verdadeira significância deste problema e dado os primeiros passos para a sua análise mais concisa. A fim de entender o problema da forma interna da língua teremos de superar duas carências principais da ciência da linguagem tradicional: 1. a estreita restrição do conceito 'língua' às partes fônicas do discurso falado; para além destes elementos, fará também parte da língua tudo o que é pensado nas formas da língua, ou seja, *todo o aproveitamento cognitivo e intelectual dos elementos linguísticos*. Daí que se entenda facilmente que a importância da língua para o indivíduo provenha de razões mais profundas. 2. O individualismo que vigora na ciência da linguagem e que apenas reconhece, enquanto realidade, a linguagem do *indivíduo*, deve ser restringido e considerado apenas na medida adequada. Os novos conhecimentos da sociologia colocam-nos, hoje, na situação de podermos captar com maior clareza a relação entre o

* Tradução de Bernhard Sylla, revista por Patrícia Fernandes. Texto original: Weisgerber, Leo (1926). Das Problem der inneren Sprachform und seine Bedeutung für die deutsche Sprache. *Germanisch-Romanische Monatsschrift* 14, pp. 241-256, proferido como lição inaugural na Universidade de Bona, em 28 de maio de 1925.

¹ *Indogermanische Forschungen*, 41, pp. 150ss.

² *Philosophie der symbolischen Formen*, vol. 1, *Die Sprache*, Berlin 1923.

individual e o supra-individual nas línguas: a língua, enquanto bem cultural, é uma *realidade funcional* e supra-individual.

A facticidade que pretendemos captar e analisar como forma interna da língua revelar-se-á adequadamente quando pensarmos a pergunta sobre o impacto da língua na totalidade da vida intelectual da humanidade até às últimas consequências. Todavia, cabe-nos primeiro tratar a pergunta prévia: *qual o papel que a posse individual da língua desempenha no pensar e agir do indivíduo?* Para me prevenir da objeção de parcialidade não pretendo responder a esta pergunta a partir do ponto de vista do linguista, mas antes aproveitar resultados de outras ciências que apenas ocasionalmente se ocupam com a língua e daí talvez possam reclamar maior imparcialidade e objetividade. Considerarei, em primeiro lugar, a psicopatologia, como ciência mais próxima da realidade, pois investiga todos os casos de dislogia partindo de observações concretas da fala individual. Apoiar-me-ei em publicações recentes no domínio da *afasia amnésica* que nos dão uma prova manifesta da crescente importância dada à língua pelas ciências vizinhas. Entende-se sob afasia amnésica ou, dito de maneira mais simples, amnésia, um fenómeno patológico cujo sintoma mais saliente é a perda das designações, i.e. dos nomes para as coisas. Quanto ao caso da *amnésia dos nomes de cor*, as recentes publicações de A. Gelb e K. Goldstein³ deram um relato completo de todos os sintomas envolvidos e tentaram encontrar uma explicação que desse conta desta totalidade de sintomas em vez de se satisfazerem com as habituais explicações superficiais dos respetivos factos. A ciência da linguagem fará bem em dar a devida atenção a estes resultados. Como caso patológico típico afigura-se aquele de um ferido na guerra que, como efeito colateral do seu ferimento craniano, sofreu de amnésia parcial que se fez notar com maior destaque em relação aos nomes de cor. Nas experimentações realizadas, o paciente mostrou uma elevada capacidade de diferenciação relativamente às impressões de cor. Daí que não se tratava de uma incapacidade ótica. Por outro lado, ele manifestou perturbações graves quando confrontado com a tarefa de nomear as cores que lhe foram mostradas. Não era capaz de indicar as designações de cor tão habituais para nós como *vermelho* ou *verde*. Mesmo quando o experimentador o ajudou, ao pronunciar alguns destes nomes, entre eles o certo, não alterava nada. Por outro lado, conseguiu, frequentemente, identificar um determinado vermelho como cor *de cereja* ou um determinado azul como cor *de violeta*, etc. Em suma, contrastava com a integridade total da percepção ótica das cores apresentadas a perturbação quanto à sua designação habitual. Mais estranho ainda foi o comportamento do paciente quando confrontado com a tarefa de escolher uma amostra de cor, entre um conjunto de amostras, que correspondesse a um nome de cor pronunciado pelo médico: o doente repetiu constantemente o respetivo nome, por exemplo *amarelo*, sem que isso o ajudasse minimamente a encontrar a faixa de papel certa. Tampouco era capaz de indicar as cores de objetos indicados ou percebidos. Ao invés, mostrou uma elevada capacidade de reencontrar o matiz de cor específico de um determinado objeto, por exemplo a cor do morango maduro, ou da caixa de correio. Aí nunca falhou; tampouco escolheu uma amostra de matiz muito próximo, de modo que teria acertado apenas na categoria em que o respetivo matiz se enquadrava, ao escolher por exemplo em vez do vermelho do morango maduro um outro tom de vermelho qualquer. Segue daí nitidamente que não se trata, na amnésia dos nomes de cor, nem de uma deficiência ótica nem de uma mera falha de memória em relação à designação. – Acrescenta-se ainda a observação não menos importante de que o paciente falhou, exatamente da mesma maneira, na tarefa da ordenação das amostras de lã de Holmgreen. A tarefa consiste em separar, de um feixe de fios de lã de diversas cores, as cores semelhantes, ou seja, aquelas que apresentam apenas diferenças de intensidade. O paciente procedeu com muita hesitação, escolheu com igual frequência cores totalmente diversas e

³ “Über Farbensamenamnesie ...”, *Psychologische Forschungen*, VI, pp. 127-186.

cores afins, cores de um grau semelhante de claridade em vez de cores de matiz afim, sem chegar a uma decisão definitiva. Em muitos casos passou por cima dos fios de cor muito semelhante ou pôs de lado um fio ‘certo’ que já tinha na mão, comportando-se, portanto, tal e qual como uma pessoa daltônica. Este resultado melhorou ligeiramente quando o experimento foi prolongado. Aí o paciente conseguiu separar um pequeno conjunto de amostras com matizes de cor extremamente próximos se bem que continuasse a falhar relativamente às cores da mesma categoria. Estes pequenos avanços, no entanto, não alteraram em nada a impressão geral de que ele simplesmente não entendeu aquilo que lhe foi exigido, o que é testemunhado, de uma maneira muito instrutiva, por comentários como ‘mas estas cores são todas tão diferentes’ ou ‘nunca ninguém conseguirá fazer este trabalho’. Passaremos então a uma apreciação mais profunda desta análise: a causa pela alteração do comportamento na escolha das cores apenas pode estar na *alteração dos princípios de correlação que regem o procedimento da ordenação*. A solução da tarefa de ordenação pressupõe de antemão que o agente esteja na posse de um princípio firme segundo o qual efetua a ordenação das diversas amostras. Uma pessoa normal, ou dito de maneira mais cautelosa, um alemão normal possui este princípio sem que surja qualquer dúvida: o matiz básico da amostra, seja ele ‘azul’ ou ‘vermelho’, é o critério que rege a ordenação dos outros matizes. O paciente deixa-se, ao invés, guiar com elevadíssima significância pela impressão concreta e singular que a amostra lhe propicia. Cada matiz de cor suscita nele uma experiência de cor peculiar, determinada ou pelo tom de cor, ou pela claridade, ou pela temperatura dela. A ordenação fundamenta-se pois numa experiência vivencial de coerência, i.e. apenas quando a primeira impressão se deixa ligar a uma vivência similar. O resultado é que se juntam aqueles fios que apresentam um certo grau de coerência no tocante ao tom de cor, claridade e temperatura. Resumiremos os sintomas observados na amnésia dos nomes de cor: o paciente é incapaz de designar as cores de amostras apresentadas ou de encontrar amostras exemplificadoras para um nome de cor que lhe fora indicado, como ‘verde’. O mesmo resultado negativo é obtido pela tarefa de indicar as cores de determinados objetos imaginados ou de procurar objetos que tenham uma determinada cor. Quanto ao agrupamento de cores, faz-se notar a falta de um qualquer princípio de ordenação, verificando-se que o paciente age sob a influência total das vivências de semelhança ou de coerência.

Qual é então a *relação entre o comportamento anormal do paciente e a falta do nome* enquanto fenómeno típico da amnésia? Se formos capazes de entender esta relação obteremos uma ferramenta importante para responder à pergunta pela significância da posse de língua na vida intelectual do indivíduo. Compararemos o comportamento do paciente amnésico com o de uma pessoa normal nas mesmas circunstâncias: a diferença reside não apenas na posse dos nomes de cor habituais, i.e. ‘vermelho, azul, verde, amarelo, azul [sic]’, mas antes em todos os casos em que o comportamento deve recorrer à aplicação de um princípio de coordenação. Atendendo a isso, asseguramos facilmente que deve existir uma relação íntima entre a posse do nome e o comportamento. Perante a tarefa de ordenar um feixe de fios de lã coloridos, uma pessoa sã não se deixa guiar pela percepção, mas antes pelos conhecimentos linguísticos. Reconhece, por exemplo, um fio padrão como sendo ‘verde’, de modo que este perde a sua característica individual e se torna mero representante da categoria conceitual ‘Verde’. Partindo deste *conhecimento linguístico*, a pessoa sã procurará então, totalmente independente da amostra – que se lhe até poderia tirar –, tudo o que pertence à categoria ‘Verde’. A escolha destes fios é feita, não devido a uma experiência de semelhança ótica, mas antes e somente devido à capacidade de representar a categoria de cor designada pelo nome de cor. O comportamento da pessoa normal revela-se portanto como um *comportamento conceptualmente determinado*, ou seja, essa pessoa não apreende um dado objeto perceptivo enquanto fenómeno singular, mas sim enquanto representante de todas as possíveis exemplificações da sua categoria. Possui por isso um princípio de ordenação conceptualmente

determinado para as suas experiências. A pessoa com deficiência, por outro lado, tem de se socorrer sempre da amostra presente, comparando-a em cada caso com os restantes fios, chegando apenas assim, por meio de *comparações sensitivas*, à *experiência de uma semelhança*. O motivo desta experiência é, no entanto, apenas válido para um único caso singular de ordenação. Daí que se torne evidente que a pessoa com deficiência não é capaz de resolver as outras tarefas mencionadas, visto que a designação da cor ou a escolha de um exemplo para um nome de cor e demais tarefas deste género pressuporão sempre que se entende os nomes de cor como signos de uma categoria e os respetivos matizes como representantes desta categoria. Fechámos assim o curso da nossa argumentação: como as pessoas com deficiência demonstram um *comportamento defeituoso* em todos aqueles casos em que se requer um *comportamento conceptualmente determinado*, e afigurando, por outro lado, a *falta de nomes* como característica específica da amnésia, então deverá haver *uma relação íntima* entre estes dois fenómenos.

Poderemos dar a esta conclusão negativa uma formulação positiva quando tivermos em conta observações feitas com crianças. Se estas, seja qual for o motivo, não possuírem um determinado nome de cor, ordenarão certas amostras de cor exatamente do modo como o faz o paciente mencionado. Contudo, se se lhes ensinar os nomes de cor, aprenderão a usar o método de ordenação dos adultos. Usá-lo-ão também quando lhes são ensinadas designações ‘falsas’, dando-lhes por exemplo um único e mesmo nome para ‘vermelho’ e ‘roxo’, e conseguirão encontrar facilmente representantes de tais categorias que para nós são diferentes. É igualmente sabido que o uso correto dos nomes de cor decorre numa fase relativamente tardia da formação dos conceitos de cor (cf. Cl. e W. Stern: *Kindersprache*, 3ª ed., p. 228). Não há, portanto, qualquer dúvida de que a formação linguística constitui um dos meios mais importantes para substituir o comportamento primitivo, baseado em percepções sensitivas e concretas, pelo comportamento abstrato. Ambas as observações permitem-nos tirar a conclusão legítima de que o comportamento conceptualmente determinado, ou seja, em última instância, *a posse do conceito e a posse do nome estão numa relação de correlação íntima*.

Quanto à pergunta pela natureza desta correlação, a psicopatologia não nos pode dar nenhuma explicação. Caberá antes à teoria do conhecimento fundamentar a afirmação de que *somente a posse dos conceitos junto com a posse dos nomes constituirá aquilo que se deve entender sob ‘a língua’*. Dito com outras palavras: *a aprendizagem linguística* do indivíduo não se restringe à aquisição das designações apropriadas dos conceitos feita de um modo qualquer, mas *requer também a verdadeira apropriação dos conceitos* que o intelecto emprega no uso da língua. Este facto tem o seu fundamento na *função simbólica dos nomes*. Não poderei, no âmbito desta comunicação, fornecer uma síntese das ideias fundamentais da filosofia do símbolo.⁴ Em vez disso, talvez seja mais oportuno dar uma ideia vaga dela a propósito de um exemplo quotidiano. A significância fundamental do símbolo reside na seguinte pergunta: como é que as impressões e experiências do homem, feitas no agora, são fixadas, trabalhadas, relacionadas com experiências passadas e aproveitadas para experiências futuras? Atentemos no nosso comportamento face ao mundo circundante. Todos os dias temos contato com centenas de pessoas. A maior parte delas passa ao nosso lado sem retermos a menor recordação delas. Vemo-las agora, mas, passados alguns instantes e junto com o desaparecimento da impressão visual, a sua existência extingue-se-á por completo. Algumas destas pessoas cruzarão, talvez, centenas de vezes o nosso caminho, sendo tão estranhas na centésima vez que passam como na primeira se não houver um traço característico qualquer, uma peculiaridade no modo como se veste, na estatura, no rosto que se grava na nossa memória, possibilitando o reconhecimento dessa pessoa quando a encontrarmos. Uma tal peculiaridade torna-se-nos, portanto, representante da pessoa no seu todo. O sinal

⁴ Cf. acerca desta problemática Cassirer, *op. cit.*

caraterístico prepara assim o fundamento a partir do qual nos é possível conectar todas as nossas vivências com respeito ao portador desta caraterística e construir progressivamente uma imagem da personagem completa. Ou seja, uma impressão sensível, tal como ver uma pessoa, apenas se tornará algo fixo e um dado inventariado na nossa memória se isolarmos um conteúdo parcial e fizermos dele, na qualidade de símbolo, o representante do todo. Cabe a Herder o grande mérito de ter mostrado, paradigmaticamente, a importância do traço caraterístico enquanto símbolo. Contudo, muito mais frequente do que este uso do símbolo natural é o uso do símbolo artificial. Enquanto, no nosso exemplo, uma qualquer particularidade do rosto humano como *parte do conjunto de sensações* adquire a força de representar o todo, notaremos quanto ao uso do símbolo artificial um procedimento muito mais sublime: aqui introduz-se um sinal concreto e sensível, por exemplo um *nome*, como elemento heterogéneo, *no conteúdo da consciência a fim de ganhar um símbolo*. Se eu ficar a saber o nome de uma pessoa que vejo, não se acrescenta nada, à primeira vista, à impressão sensível. Mesmo assim e visto com mais rigor, a obtenção do nome, na fusão do símbolo linguístico com o conteúdo vivencial, levará a uma transformação radical deste conteúdo vivencial: ele passa a ser, para a nossa consciência, algo determinado e fixado e a sua reprodução mental torna-se viável, se bem que, ao mesmo tempo, apegada à presentificação do nome. Este nome é, a partir de então, o centro em torno do qual se reúnem todas as vivências relacionadas com a respetiva pessoa, configurando assim uma imagem completa e o conceito desta pessoa. – A função do nome, do símbolo linguístico, é, no entanto, ainda mais fundamental nos casos em que não existe um conteúdo claramente delimitado que se possa fixar como no caso da perceção de uma determinada pessoa, mas em que *a obtenção e o uso do nome fazem com que se tracem simultaneamente linhas fronteiriças dentro de um complexo de aparências*. Ora, podemos afirmar relativamente à maior parte dos símbolos que a sua tarefa não consiste em repetir simplesmente conteúdos e caraterísticas que já se encontram na representação, mas antes na sua posição tética, tornando-os desta forma reconhecíveis e, ao mesmo tempo, apreensíveis.⁵ Ao aprendermos e aplicarmos os nomes de cor ‘vermelho’, ‘amarelo’, ‘verde’, etc., o caos das impressões cromáticas perde a sua espessura e torna-se mais transparente ao ganhar uma ordem fixa. Não é pois a missão do signo linguístico fixar o conteúdo concreto e sensível, mas antes desprender-se do substrato direto das impressões e virar-se decididamente para a tarefa da homogeneização. O homem alcança a dominação do mundo das cores – figurando aqui a título de exemplo – quando consegue, munido de um grupo de símbolos, i.e. os nomes de cor, reduzir a vasta pluralidade cromática a um pequeno número de categorias conceptuais. Algo muito semelhante acontece em inúmeros outros casos. Para o dizer mais uma vez de forma breve e concisa: o símbolo linguístico, a sequência de sons, ou seja, o nome, interfere, enquanto algo de uma ordem totalmente diferente, num determinado estado de coisas sensorial, permitindo que a impressão sensorial não seja apenas fixada mas, para além disso, se torne irrestritamente reproduzível, uma vez que o símbolo linguístico, sendo de ordem espiritual, recai sob o livre domínio da consciência. Ao mesmo tempo, adquire-se um princípio de ordenação capaz de subsumir sob um único conceito sensações diferentes e até mesmo qualitativamente diversas, abrindo o caminho para a formação de conceitos como o de ‘vermelho’. Partindo do ponto de vista das vivências e da formação de conceitos, não se alcança este conceito de ‘vermelho’ ao descobrir algo de comum nas respetivas vivências de impressões cromáticas, mas antes pelo facto de o próprio símbolo, sob pressão da comunidade de falantes, forjar as impressões dispersas e heterogéneas e reuni-las sob uma única unidade de trabalho. O mesmo vale, ainda com mais direito, para conceitos superiores, representações de coisas e abstrações, casos em que a importância da vivência sensorial é mínima.

⁵ Cf. Cassirer, *op. cit.*, pp. 42ss.

Como ideia fundamental, concluída das observações dos casos de amnésia e fundamentada de uma forma mais ampla com o auxílio da filosofia do signo, afigurar-se-á, certamente, o seguinte: para chegar a formar, perante a infinita variedade das impressões, uma posição ‘objetiva’, o ser humano tem de criar pontos fixos que servirão para todas as impressões e vivências sucessivas como pontos de referência que permitem o trabalho conceptual sobre elas. Ora, tais *centros de cristalização para a formação dos conceitos são, em primeira linha, os símbolos linguísticos*. Estes *não são*, e saliento isso mais uma vez expressamente, *meros suplementos superficiais*, como se fossem ligados por via de meras associações com os conceitos que lhes calharam de um sítio qualquer, mas antes *elementos constitutivos*, igualmente importantes na fixação de vivências singulares como também na integração destas no todo das experiências anteriormente feitas. O comportamento categorial do homem reside portanto no fundamento dos conceitos, formados pela via traçada, ou seja, ele apreende as coisas não como aparências singulares, mas antes como representantes de complexos forjados por conceitos. Face ao doente que perdeu, juntamente com os símbolos linguísticos – os nomes –, também os conceitos e que assim enfrenta com grande perplexidade a multidão das impressões cromáticas, o homem sadio ocupará o papel de soberano. Sem a mínima dificuldade, este apoderar-se-á da impressão singular, inserindo-a no universo ordenado do já conhecido. Em contraposição, esta impressão singular como mero representante de uma categoria perderá muito da sua vivacidade, em comparação com uma impressão singular que não se deixa tão facilmente enquadrar num esquema disponível. Daí que o homem com posse dos símbolos linguísticos usufrua de igual forma dos privilégios e dos prejuízos do reinar: quanto mais lato o olhar soberano, quanto mais disponíveis os nexos de relações, mais pálidos os laços com a vida, mais rara a ocasião de se entregar inteiramente à vivência singular, mais eminente o perigo dum agir mecânico que aceita sem exigir provas. O homem vive na necessidade de confiar, quase que irrestritamente, no funcionamento correto destas configurações artificiais; *e é assim que as categorias herdadas e recriadas pelo espírito se tornam dono do seu criador*. Em circunstâncias normais nem sequer reparamos nisto, e se um caso singular nos mostrar com toda a evidência que as nossas vivências dependem do saber linguístico, isto encher-nos-á logo de espanto. Observações recentes no âmbito de examinações de sensações olfáticas, levadas a cabo por H. Henning⁶, demonstram que o nome é capaz de determinar qualitativamente a sensação olfática, seja no sentido de uma sensação olfática errada ser corrigida depois de se conhecer o nome do produto causante, seja por que a indicação desse nome, quando falso, provoque uma correção para o ainda mais falso. Também Henning, devido a estes resultados, é conduzido à conclusão “de que não se conecta o nome com a respetiva qualidade olfática através de associações extrínsecas, tratando-se antes de uma conexão que liga o nome ao complexo holístico da vivência olfática. Resultados semelhantes observam-se em outros campos de investigação, por exemplo em pacientes que, após percecionarem objetos com cores pálidas como objetos sem cor nenhuma, mudarem a sua opinião depois de lhes ser indicado o nome de cor correto.

O que tem sido exposto até aqui fornecer-nos-á pelo menos uma ideia geral acerca da importância da posse linguística para o indivíduo. Esta é, para falar com Humboldt⁷, “não apenas um meio para engendrar um entendimento mútuo, mas antes *um verdadeiro mundo que o espírito tem de pôr, devido ao trabalho interior da sua força, entre si e os objetos*.” Daí que falte apenas um pequeno passo para a apreensão do problema da *forma interna da língua*. Bastará atentarmos na relação entre a posse individual da língua e a língua enquanto bem cultural comum de uma comunidade linguística. Devo dizer que não me é possível referir, no âmbito desta conferência, as argumentações sociológicas que nos permitem ver a *linguagem como uma configuração objetiva de carácter social*, i.e. uma realidade funcional, autónoma e

⁶ Henning, H., *Der Geruch*, 2ª ed., Leipzig 1924, pp. 308ss.

⁷ Humboldt, Wilhelm von, *Werke* VII, p. 176.

independente dos elementos que a suportam.⁸ Espero, no entanto, que possa, mesmo sem o apoio destas argumentações, mostrar com suficiente clareza que a principal conclusão que se deve retirar daí é esta: *que o bem cultural da linguagem fornece, a cada membro da comunidade linguística, não apenas os símbolos fónicos, i.e. os nomes, mas junto com eles também os conceitos por e com eles visados.* A função de servir como meio de comunicação, que é, a par da função de estruturar o mundo circundante, a mais importante função da linguagem, bastaria para fundamentar a tese de que as configurações linguísticas têm, necessariamente, uma validade supra-individual. Pois a comunicação apenas é possível quando vários indivíduos usam os mesmos elementos fónicos como símbolos para os mesmos conceitos. Que o homem aprende o lado fónico da sua posse linguística, i.e. os nomes, com os seus congéneres linguísticos nunca foi posto em dúvida. Quanto à transmissão dos conceitos, porém, já não se vê tão claramente qual a influência do meio circundante, uma vez que a aprendizagem dos conceitos precisa de muito mais tempo e efetua-se com base em múltiplas vivências pessoais. Contudo, não podemos perder de vista o seguinte: a fixação das vivências singulares da criança por meio dos símbolos linguísticos provém da influência dos adultos, pois são eles que possibilitam que se estabeleça a fusão entre o nome ensinado e o conteúdo sensível da vivência; e também a correlação das vivências posteriores com as anteriores por meio de símbolos linguísticos, i.e. a formação de conceitos, é determinada pelos membros da comunidade linguística no seio da qual a criança nasce e cresce. Inúmeras perplexidades, exprimidas em exclamações do tipo “mas isto não é uma cadeira, isto não é um cão”, têm que ser apaziguadas até que a criança aprenda a adequar os seus conceitos de ‘cadeira’ e ‘cão’ ao uso corrente. Neste sentido, i.e. na elaboração do mundo dos conceitos, a aprendizagem linguística ocorre ao longo da vida inteira, ficando o indivíduo sempre – e é este o facto essencial – determinado pela influência da comunidade linguística e pela circunstância coerciva de ter ao seu dispor apenas os símbolos que a língua lhe fornece. Se nos detivermos no facto de que todos os membros de uma comunidade linguística passaram por este caminho e adquiriram, com a língua que se falava à sua volta, não só um meio para a comunicação mas também *uma determinada maneira de captar o mundo através de conceitos*, então compreenderemos por que motivo se adscrive à linguagem uma realidade supra-pessoal. *O indivíduo forma a sua concepção intelectual do mundo não devido a uma assimilação autónoma das próprias vivências, mas antes sob o domínio das vivências dos seus antepassados linguísticos, sedimentadas nos conceitos da língua.* São estas as experiências em que tem de depositar a sua confiança. Somente numa escala assaz diminuta ser-lhe-á possível submeter, ele próprio, alguns fragmentos da sua língua à prova.

Chegamos, enfim, ao ponto crucial: é a aprendizagem da língua que determina o agir do homem no seio do seu mundo circundante e toda a sua atividade intelectual; tanto o mundo espiritual como o sensível abrem-se-lhe por meio da língua; é o material linguístico ao dispor e a sua avaliação que estão na base de toda a sua atividade cognitiva. Uma vez provada a legitimidade de compreender a ‘linguagem’ como realidade funcional, teremos que tomar como base e princípio das nossas investigações críticas o facto de que a língua é um bem cultural. A tarefa que daí se extrai transcende em muito os interesses particulares da Ciência da Linguagem. Visto que a formação de conceitos, como foi mostrado, se manifesta como realização de sínteses que envolvem um momento de arbitrariedade, há que supor que uma determinada língua realize apenas *uma* de entre muitas outras possíveis opções de síntese, facto que nos coloca perante a tarefa imperiosa *de investigar como as respetivas línguas procedem, cada uma à sua maneira, à ‘dissecação’ conceitual do mundo.* Uma tal investigação do mundo conceitual de uma língua é uma parte importante da investigação da sua *forma interna*, tal como Humboldt a concebia. – A ele devemos também a indicação do

⁸ Cf. a exposição excelente de Vierkandt, A., *Gesellschaftslehre*, Stuttgart 1923.

segundo elemento da forma interna de uma língua, i.e. as especificidades das suas *configurações sintáticas*. Debruçar-me-ei apenas muito brevemente sobre este problema em princípio mais fácil de resolver. A língua não apenas nos fornece os conceitos e os nomes, i.e. as palavras, mas também as formas por meio das quais se ordenam as palavras no fluxo dos pensamentos. Ainda que os pensamentos e os seus conteúdos sejam, em cada caso, individuais, haverá apenas alguns esquemas sintáticos a estabelecer o limite para a manifestação destes pensamentos. As investigações sobre os procedimentos que ocorrem na passagem entre pensar e falar mostram que não se deve entender os esquemas sintáticos como mero meio para exprimir um pensamento, mas antes como ferramenta que molda o pensamento e que abre certas possibilidades de estruturação. Confirma-se, pois, mais uma vez que o nosso intelecto está subjugado ao domínio da língua que usa. Não será portanto exagerado quando se afirma: *a investigação da forma interna de uma língua, i.e. da configuração do sistema dos seus conceitos e do leque das opções de estruturação sintática, é a chave para a avaliação de tudo o que os falantes desta língua podem pensar, dizer e, devido ao trabalho intelectual, fazer nesta língua.*⁹

Segue daí muito evidentemente que o problema que assim se levanta ganhará maior relevo se for relacionado com a *própria língua materna*. Pois é no moderno alto alemão corrente que é efetuado, na maior parte dos casos, o nosso pensar e, nomeadamente, o pensar científico. Como é que podemos assegurar a correção e o alcance do nosso trabalho intelectual se ainda não temos a mínima noção da estrutura e configuração do mundo de conceitos da nossa língua, nem das afinidades e diferenças dela em comparação com outras línguas, nomeadamente com aquelas que lhe estão mais próximas? Aqui, apenas a linguística comparativa nos pode fornecer os critérios que ainda nos faltam, e será deveras necessário que todas as disciplinas das Ciências da Linguagem colaborem se queremos resolver estes enigmas, dos quais, por enquanto, mal temos uma noção. Mas talvez possamos dar pelo menos uma ideia vaga de como se pode dar um primeiro passo em tais investigações, se nos concentrarmos apenas na língua alemã – essa língua que, na maior parte das vezes, pensa por *nós*.

Um caminho viável abre-se-nos através da investigação da maneira como nas diversas línguas é repartida uma determinada área específica de fenómenos. Deparando-nos com as respetivas diferenças de repartição, estas manifestam-se com maior nitidez no caso das sensações qualitativamente diferentes no seio do mesmo campo sensível. Uma vez que já dispomos de paralelas instrutivas no campo das designações da cor, retomo novamente este ponto de partida. A afirmação de que o homem normal se comporta face às sensações de cor de uma maneira categorial, tinha, por razões óbvias, de ser restringida: a subordinação de todas as sensações de cor sob um número escasso de conceitos abstratos de cor é, de facto, apenas a característica própria de uma parte menor da humanidade; mesmo nas línguas indo-germânicas, só numa parte destas línguas esta subordinação é efetuada. Estamos hoje na situação de poder reconstruir, mais ou menos satisfatoriamente, as diversas etapas do longo desenvolvimento linguístico e histórico-cultural da terminologia das cores. É um facto bem conhecido que, de entre as línguas indo-germânicas vivas, os lituanos, sob muitos aspetos os indo-germânicos mais conservadores, ainda não chegaram a formar nomes abstratos em relação a uma série de cores. Enquanto nós aplicamos, por exemplo, a designação de ‘cinzento’ a objetos de todas as espécies, utilizando as modificações de ‘cinzento-claro’ e ‘cinzento-escuro’ para nos referirmos às respetivas saturações diferentes, o lituano possui quatro ou cinco palavras simples, cada uma associada a um campo específico¹⁰: *pilkas* (usado

⁹ Desconsidero, no âmbito desta análise, as complicações que resultam do facto de que o indivíduo nunca alcança a norma ideal de uma língua por completo. Contudo, é a norma que não só orienta o trabalho individual nessa língua, como também corrige os impactos deste trabalho.

¹⁰ Cf. Schrader-Nehring, *Realexikon*, “Farbe”.

apenas para tipos de lã e para gansos), *širmas* (apenas para cavalos), *šémas* (apenas para gado bovino), *žilas* (cabelo e pelo humano e de gado, com exceção do gado bovino e dos cavalos). Semelhante é o caso da palavra ‘castanho’; aqui, é antes de tudo no russo que se verifica uma especificação peculiar. Mas vestígios deste fenómeno há também no latim e no alemão: *canus* (lat.) e *blond* (alem.) são designações de cor com aplicabilidade muito restrita, limitada quase que exclusivamente à cor do cabelo. Esta situação corresponderá certamente à norma na época indo-germânica. Para o número quase que infinito de tons diferentes de cor com que nos deparamos na natureza deverá ter existido um número bastante elevado de designações de cor, mas sempre associado estritamente a objetos, animais, plantas ou minerais, portadores exemplares da respetiva cor; determinações sintetizantes estavam ainda em formação, como mostram as denominações de cor cuja etimologia é esclarecida: ai. *babhru*, lit. *bėras*, germ. *brūn* (todos = *braun* [castanho]), tal como *Bār* [urso] em alemão, greg. Φρύνη, ‘rã’, e afinal o nome em indo-germânico vulgar do castor, todas elas formações do mesmo radical que, inicialmente, terão significado algo como ‘da cor do castor’. Reflexos deste estado de desenvolvimento encontram-se também no grego antigo: o *sistema grego das denominações de cor* é tão diferente do nosso que se torna quase inexecutável a tarefa de traduzir uma qualquer das muitas denominações de cor gregas por designações de cor nossas. Daí que se terá sustentado seriamente a tese do daltonismo dos gregos, o que prova novamente a dificuldade de nos libertarmos da perspetiva herdada pela língua materna. Antes, teríamos de tentar averiguar quais os princípios de correspondência pelos quais se guiavam os gregos, qual a sua divisão do espectro da cor, se talvez, sob as condições de um sol mediterrâneo, se realçaria mais a qualidade do que o grau de claridade de uma cor, ou se – facto que eu próprio considero mais provável – se deveria ter em conta a existência de repercussões fortes na maneira habitual de designar as cores em resultado da associação a objetos concretos. Há que presumir, portanto, que os indo-germânicos enfrentaram a colorida pluridimensionalidade do mundo das cores tal como o nosso paciente amnésico: não teriam percebido a tarefa de ordenar cores; se nós, hoje em dia, conseguimos resolver esta tarefa sem o mínimo esforço, apenas o conseguimos pelo facto de a nossa língua nos fornecer categorias conceituais, ou seja, facultando-nos, pelas palavras da nossa língua, princípios de correlação que nos colocam na situação de dominar conceptualmente as cores.

Para fundamentar essa tese de uma maneira ainda mais concisa, bastar-me-á mencionar a área das *sensações olfáticas*, onde a correlação estreita entre léxico e sensação consciente se revela com toda a nitidez. Se bem que o nosso órgão olfático seja extraordinariamente apurado, e se bem que todo o nosso intuir e sentir dependa, em elevado grau, das nossas sensações olfáticas, poucos homens darão conta destes factos. A razão para isso reside unicamente no facto de que a língua não nos fornece quaisquer designações sintetizantes das qualidades do olfato. Se queremos caracterizar um odor específico, dispomos apenas de nomes como ‘odor de violeta’, ‘odor de cânfora’, ‘odor de jasmim’; categorias sintetizantes, como ‘vermelho’ ou ‘azul’ no campo das cores, estão em falta, e é essa a razão principal para o facto de o alemão normal se comportar perante as qualidades olfáticas como o paciente amnésico perante as qualidades de cor: lá onde fracassa a língua, fracassa também o comportamento categorial. Isto acontece mesmo que a psicologia experimental nos mostre que as sensações olfáticas podem ser reconduzidas a um número diminuto de qualidades básicas. Para explicar o facto de que as línguas correntes carecem de uma sintetização conceptual neste campo alegam-se as mais diversas razões. No entanto, são precisamente estas explicações que nos demonstram com a maior nitidez que a validade das alegadas argumentações objetivo-científicas depende inteiramente do nosso saber linguístico. Limitemo-nos aqui a uma conclusão sumativa: o facto de que, para um homem cuja socialização acontece nos moldes do mundo linguístico atual, as sensações óticas tenham uma predominância inquestionável sobre todos os outros campos de sensação está íntima e

causalmente ligado ao facto de a terminologia linguística aprendida ter uma estrutura totalmente diversa para as sensações olfáticas e para os outros campos de sensação.

Como é que poderemos agora aplicar, à escala maior, os conhecimentos obtidos pela análise das sensações à investigação da formação de conceitos em geral? E como se deve proceder na análise às diferenças mais subtis entre línguas que, entre si, são muito próximas, uma vez que estas diferenças tendem a não saltar logo aos olhos, não obstante elas serem de uma importância eminente? O facto de os políglotas serem capazes de formar pensamentos quando usam uma língua, que não seriam capazes de formar numa outra língua, deve ter a sua causa em tais diferenças. O mesmo se aplica às diferenças entre o modo de pensar alemão e o modo de pensar francês, diferenças que encontram nas circunstâncias atuais já alguma explicação, embora esta ainda não seja, em todo o caso, definitiva.

Os objetos de estudo mais apropriados para uma investigação no âmbito circunscrito seriam sistemas que evidenciam ter alguma semelhança com aquele das sensações, como os sistemas das designações do carácter humano, nomes de parentesco, nomes das partes do corpo, nomes dos artificios humanos, entre outros; ou então os sistemas das preposições, onde decorre frequentemente que uma função homogénea numa língua é repartida em várias funções numa outra língua, o que acontece, a título de exemplo, no caso do ‘*bei*’ alemão, repartido em *chez* e *auprès de*, no francês. – Útil seria, sob vários aspetos, se houvesse pelo menos um registo dos *conceitos* que, a título de exemplo, existem no alemão mas que *faltam* em línguas vizinhas, e vice-versa. Ora bem, casos singulares neste âmbito já são conhecidos: o conceito específico ‘*Heimat*’ não se encontra em línguas fora da língua alemã; o latim e as línguas românicas não conhecem nenhuma família de palavras que corresponda à família do ‘*gönnen*’; a contraparte alemã da diferença entre *cheveu* e *poil* no francês é um simples ‘*Haar*’, e vice-versa: há apenas o fran. *fleur* para o alem. *Blume* e *Blüte*, etc. Tais factos singulares¹¹ deveriam encontrar o seu lugar em moldes teóricos maiores. – Outra pergunta que se enquadra no âmbito destas análises é a pergunta pela *unicidade da forma em casos de pertença ao mesmo conceito*: é uma diferença essencial se numa língua, como no irlandês antigo, diversos verbos formam os seus tempos verbais a partir de radicais muito diferentes, ou se, como no alemão, existem apenas poucos vestígios de um tal estado de desenvolvimento, como em ‘*bin – war – sein*’. O alemão, por seu lado, é muito mais rico em formações como *schreien – keifen, trinken – nippen, fliegen – flattern* do que o francês com *crier – criailler, boire – buvoter, voler – voleter*. Já Osthoff¹² tinha visto aqui, com todo o direito, uma oposição entre constituição quantitativa e qualitativa das línguas. – Iguamente importante é também a questão de saber *em que medida existem características formais para a marcação gramatical dos conceitos seriais*, i.e. se há, por exemplo, desinências iguais para as designações de cor, como no indogermânico * *-uo*, ou se estas desinências quase que desapareceram, como *blau, gelb, farbig* no alem. moderno face ao alto alemão *blâo, gelo, fâro*. Tais análises conduzirão a uma investigação que pretenda estabelecer *um inventário dos tipos de formação de palavras* no alemão, averiguando os traços característicos destes tipos e aquilo que está em falta em comparação com outras línguas ou com outros períodos de desenvolvimento; daí que constatações que se deparam com o desaparecimento de um padrão de formação de palavras, como acontece com o sufixo *-enzen*, ainda ativo até ao século XVIII, e.g. em *fischenzen, rauchenzen* = cheirar a peixe, cheirar a fumo, mas hoje praticamente extinto no alemão escrito, com exceção de ‘*faulenzen*’, exijam uma interpretação das suas implicações conceptuais. – Acrescenta-se a isso a necessidade de investigar as especificidades conceptuais da formação de desinências relacionadas com os casos gramaticais, os tempos verbais e os tipos de ação indicados nas formas verbais. Faz parte deste tipo de análise o facto de as múltiplas diferenciações que existem no alemão na classe

¹¹ Cf. também Tappolet, *Germanisch-Romanische Monatsschrift*, XIII, p. 138.

¹² *Suppletivwesen*, p. 99.

dos verbos de movimento – *gehen, marschieren, wandern, wandeln, schreiten, laufen, eilen, schleichen, humpeln* – não encontrarem no francês uma correspondência que salvasse a mesma diversificação. Um caso semelhante é a falta de possibilidade, que existe no alemão, de distinguir entre tipos de ação nas substantivações verbais, como em *das Reiten – der Ritt, das Fahren – die Fahrt*. Análises deste tipo levam-nos diretamente à questão *da realização efetiva dos padrões de formação disponíveis na própria língua*: por que razão há apenas poucos adjetivos de cor em relação aos quais existem formações verbais complementares, i.e. verbos intransitivos e incoativos, como em *grün – grünen, blau – blauen*? Porque é que o *nomen agentis* de *sagen* tem de ser *der Sprecher*, e de *haben der Besitzer*? Uma série de outros problemas levanta a questão de saber se se pode constatar, no alemão, *uma forma particular de dotação de sentido*: será que a constituição de conceitos se pauta pelo aproveitamento de características sensitivas? Será que se favorecem certos campos de sensação, ou será antes que outros aspetos mais abstratos prevalecem, como, por exemplo, a finalidade ou o carácter abstrato em geral? Exemplos isolados, como a designação das notas musicais segundo critérios meramente superficiais (*la blanche* = mínima, *la noire* = semínima) não são muito elucidativos. No entanto, uma investigação mais profunda pode esclarecer as forças que estão na base destes fenómenos. Não é de todo possível indicar aqui todos os problemas envolvidos: em que medida as línguas conferem, na formação de conceitos, algum poder de influência aos sentimentos, quão grande a diferença cognitiva instituída só pelo simples facto de a composição de palavras no alemão ser muito mais rica do que nas línguas românicas, onde a derivação costuma ter mais peso. Por um lado, a língua francesa parece-nos totalmente incapacitada para exprimir, por exemplo, *Sitzplatz* ou *Stehplatz*, podendo no melhor dos casos recorrer a *place assise* e *place debout*; por outro lado temos a facilidade e ligeireza de *cellular* face à complicada construção alemã *Mitglied einer kommunistischen Zelle*. – Outros problemas, que se levantam sobretudo quando se comparam as línguas indo-germânicas com línguas que não pertencem a esta família – e um destes seria os fundamentos da distribuição das categorias nominais de verbo e nome, de substantivo e adjetivo sobre todo o léxico – nem sequer foram tangidos nesta breve circunscrição dos problemas.

Considerando, ademais, que se deve ainda acrescentar, a todos os problemas mencionados, a questão das particularidades sintáticas, parece-me plenamente justificada a afirmação de que *a Ciência da Linguagem, com as tais investigações, venha a reinvestigar, de raiz, os fundamentos de toda a atividade intelectual*. Ela será capaz de o fazer, sobretudo depois de um trabalho centenário, na esteira de Franz Bopp, ter criado todas as condições para isso. Estamos hoje em condições de dar a bem merecida atenção às ideias de *Wilhelm von Humboldt*, as quais, numa genialidade aguçada, captaram o fim último da Ciência da Linguagem, *ao ver nela a chave para todas as atividades intelectuais*. Ao conduzir-nos à investigação de todas as regularidades segundo as quais o intelecto constrói o seu conhecimento, a Ciência da Linguagem coloca-nos na posição de avaliar, até um certo grau, tudo aquilo que é feito pela linguagem. Reparando que muito daquilo que, com base no nosso saber linguístico, nos parece um conhecimento objetivo e seguro se afigura, afinal, como arbitrário e mal fundamentado, conseguiremos libertar-nos das nossas limitações intelectualistas: é neste âmbito que se nos coloca a tarefa de limitar o domínio do conhecimento linguístico-intelectual, restringindo-o à sua medida certa e permitindo-lhe assim que entre em consonância harmónica com todas as restantes capacidades espirituais dadas ao ser humano.